

PROFESSOR CARLOS: E acha que nós estamos aqui para fazer colocações a respeito do momento atual, né? Nós sabemos que o momento atual é um momento complicado, como o vereador inclusive já falou, mas não é o foco do nosso trabalho a situação atual, até para uma efetividade à memória da luta aqui, é muito importante que os depoentes se atenham ao período do trabalho da Comissão da Verdade, né, então faço esse apelo para que, depois da fala do Secretário Nilmário que eu vou chamar os depoentes, nós retomemos o nosso foco para o depoimento do período, tá? Não, eu vou passar a palavra então para o Secretário Nilmário.

SECRETÁRIO NILMÁRIO: Muito bem, não é pra fazer menção ao que o Professor Carlos Dário (trecho incompreensível) falou, não, porque não é disso que se trata. Todo lugar que a gente tá, a gente tem obrigação e dever de ouvir as pessoas com respeito, registrar, passar ao governo. Isso aí, nós vamos fazer isso. O que eu quero dizer, é uma coisa importante para a região, para Montes Claros e para a região, que desde que nós criamos a Secretaria, nós tínhamos o propósito de interiorizar, né? Antes da sede PAC, existiu uma subsecretaria de Direitos Humanos, a SEDESE, pouca gente sabia que existia, e sua atividade se restringia praticamente à Belo Horizonte e região metropolitana. E nós não nos, não aceitamos isso! Um Estado muito grande, muito diverso, e as violações se dão em todo território. Então nós resolvemos fazer centros de referência de direitos humanos em várias regiões do Estado. E esse ano nós vamos começar por três regiões, só tem uma até hoje, que é Juiz de Fora, que já funciona. Então nós aprovamos em edital, nos últimos dias, um Centro de Referência de Direitos Humanos em Montes Claros, que a partir de agosto vai ser instalado, tudo que a nossa Secretaria faz, que eu não vou falar agora pra não desviar atenção, mas eu vou deixar alguns folders desse, que resume o trabalho da Secretaria, vai ser feito pelo Centro de Referência aqui, em Teófilo Otoni e Alfenas, os três foram aprovados. Aqui vai ser a Cáritas, né? De comum acordo com várias organizações que aqui estão, se uniram pra apresentar um projeto ao edital, atenderam ao edital aberto, felizmente, nos próximos dias, até tá vendo documentação para implementação, nós vamos começar efetivamente, essa conversa vem de longe! Eduardo Madureira acompanha desde os primeiros dias, né, também, vários companheiros que aqui estão. Só anunciar isso. Nenhuma das medidas, Professor Dario, é que nós, é essa, de colocar mais perto do povo para acompanhar tudo isso que foi relatado aqui de perto, para fazer um canal permanente, para, enfim, estar mais, digamos, próximos de onde as violações ocorrem, no passado e no presente. Fazendo a mediação, tudo que estiver ao alcance da nossa secretaria, mas também elevando para o governo e para os

outros órgãos do governo e do Estado, né. Então acho que também é uma boa notícia, né, que a gente traz aqui, sem querer desviar nem mais um minuto do trabalho da Comissão, mas deixar essa informação para os companheiros e companheiras. Obrigado.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado, então, ao Nilmário pela informação. Então, nós vamos então fazer a composição da mesa dos que vão prestar depoimentos à Comissão da Verdade. Eu gostaria de chamar então aqui o Senhor José Alagoano, o Afrânio Oliveira e Silva, o Juarez Teixeira Santana, a Rosely Carlos Augusto e a Paula Hermínia do Rosário Carmo. Quero então agradecer muito a presença de vocês, que se dispuseram a colaborar com a nossa Comissão da Verdade aqui em Minas Gerais. Nós vamos então começar os depoimentos, eu gostaria de consultar se o Senhor José Alagoano, Senhor José, poderia ser o primeiro a fazer o seu depoimento. O senhor pode fazer? Ir ali naquele local, por gentileza. E o senhor tem o tempo que o senhor julgar necessário para fazer as suas considerações, está ok? O senhor, por gentileza, antes de iniciar, o senhor fala um pouco das suas atividades aí ligadas aos sindicatos e aos movimentos dos trabalhadores para que todos conheçam o seu trabalho.

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é José Antônio da Silva, mas sou conhecido por José Alagoano. Eu sou presidente da Associação dos Vazanteiros, da Comunidade do Pau Preto, Município de Matias Cardoso. Como nós falou da Ditadura, é um registro que ficou marcado em todos nós que participamos e os que não participou da Ditadura, que viram falar. Na verdade, foi um momento sofrido no Norte de Minas, a Ditadura judiou muito da nação, junto naquela época tinha um órgão muito perverso, que foi o órgão mais perverso de Minas Gerais, que eu considero, que foi a Rural Minas. Ela, na época dos anos 70, ela se juntou aos grandes doutores de Belo Horizonte e tomaram as terra, demarcou as terra dos pequeno latifundiário, dos pequeno agricultor rural que tinha, pros latifundiário, inclusive levando um secretário da Justiça, por nome de José Rezende, que esse homem terrorizou o Norte de Minas, que nós mora lá quase no final, levando pistoleiro, tirando pistoleiro de cadeia, levou pra lá pra amedrontar o pessoal. Aonde chegava os fazendeiro, quando os agricultor não queria aceitar, aí ele emprestava um, tinha um pistoleiro por nome Antônio Rocha, que esse cara andava com dois, três revólver de um lado. E quando a gente ia registrar alguma ocorrência em Mangas ou Matias Cardoso: "ah, não, porque o homem é secretário da justiça", aí ficava por aquilo mesmo. Se a gente tentasse, até preso ia. Então naquela época foi um terror no Norte do Estado. Mas falando, igual o mestre falou aqui, pra gente falar mais dos anos 80 pra trás, mas em 98 voltou a

mesma, pra nós foi a mesma Ditadura do governo do Estado, que saíram mapeando só onde tinha as comunidades pra fazer parque municipal. A gente concorda com o meio ambiente, que tenha parque, mas por que que não tirou dos fazendeiro? Só tirou nas comunidade, onde que tinha as comunidade rural? Hoje nós tá passando... Né? Obrigado. Hoje nós tá passando o mesmo momento que passamos na Ditadura. Há três anos atrás, não me lembro, ou foi dois ou três ano, nós registrou muita coisa aqui pra Comissão de Direitos Humanos, só que até hoje nós não teve resposta nenhuma, nenhuma, de nada sequer. Inclusive na nossa comunidade, são 64 famílias, tem 20 que tem energia, o resto nenhum tem! Isso pra mim, é desumanidade. Hoje, no século 21 que a gente vive, teve luz pra todos aí, só porque o IEF diga, passa energia dentro da comunidade, mas não pode baixar a rede porque tá dentro da área de parque, sendo que fizeram o parque, não comunicou pras comunidade, não teve entendimento nenhum com a comunidade. Então pra mim, os direitos humanos, secretário, pra mim não está funcionando no momento. Eu gostaria que funcionasse. A gente tem o maior respeito pelo Secretário Nilmário Miranda, o senhor é uma pessoa muito coerente, mas não está, a secretária não tá funcionando no momento. Não sei porquê. Nós gostaria que a Secretaria de Direitos Humanos se envolvesse nessa ação, porque a gente está represado lá pro parque, nós não tá estragando o meio ambiente, mas o IEF insiste que nós não vai ficar lá e não tem negociação nenhuma. São essas as minhas palavras, meu muito obrigado.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Senhor José, eu só vou fazer, pode ficar aí, por gentileza. Senhor José, se o senhor quiser ficar ali por gentileza, só vou fazer a seguinte questão: em relação ao período de 1964 até 1988, o senhor quer fazer algum registro específico, contar um pouco da história daquele período ou o senhor prefere não fazê-lo?

**JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA:** Praticamente já fez o registro, né? Nós passou por essa decisão aí, a Rural Minas tomou as terra, passou pros fazendeiro, oprimiu o povo, a Polícia Militar não atendia nenhum registro de que os fazendeiro tava matando as criação nossa, tudo, porque era regime, né? Já era regime. Até nos anos 70, 80 existiu isso, os fazendeiro tomou as terra e tudo. Então aí já é um registro, né. Segundo eu tô relatando, agora em 98 que voltou a mesma forma. A gente saiu para a democracia, só que ela não existiu, ela ficou meio parada no papel. Não funcionou quase nada, não.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** O senhor poderia me falar de qual que era o local que acontecia essas violências?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: É o município de Matias Cardoso.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Matias Cardoso.

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: É.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Tem o nome de uma fazenda, de uma comunidade?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Matias Cardoso, pra mim falar pros Direitos Humanos que tá aqui, pra todo mundo que tá presente. Matias Cardoso, 70% é área de parque e reserva, então só sobra 30% para os fazendeiro e os pequeno, né, agricultor. O resto viraram tudo parque, pra beneficiar o projeto Jaíba, tirou de um município, deu pra outro, para beneficiar o projeto Jaíba, em um Município que tem 30.000 pessoas, 30.000 habitantes, né, só existe 30% das áreas pro fazendeiro e pro pequeno, o resto é tudo reserva ambiental, tirou a reserva do Jaíba e levou tudo pro Município de Matias Cardoso. Então pra mim isso é desumanidade, né?

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: E sobre esses eventos que aconteceram na década de 60 e 70, o senhor gostaria de registrar algum fato específico daquele período?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Olha, eu gostaria porque aonde se envolveu um secretário da Justiça, um secretário da Justiça tirando presidiário da cadeia, homens perigoso e levando pra judiar da nação, pra mim é um registro muito grande, né?

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: O senhor lembra o nome desse secretário?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Doutor José Rezende.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Sim. E presos de qual local que iriam pra lá?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: O preso era de Belo Horizonte, levou da cadeia lá de Belo Horizonte, não sei qual que foi, mas se chamava Antônio Rocha o cara.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: E esses presos foram levados lá pra perseguir os trabalhadores?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Mandava pra lá e era emprestado para os outros fazendeiros. Pra o Antônio Candido, pra Doutor Vital, os pessoal tudo. Eles emprestava. Quando os pequeno manifestava, eles levava esses cara pra lá. Esse Antônio Rocha e um Dalvino, né. Aí eles levava esses cara pra lá. O cara andava com três, quatro revólver dum lado, né. Sem contar que não podia falar nada, porque o homem era secretário da justiça, né.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: E isso aconteceu no Município...?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Município de Matias Cardoso.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Em alguma fazenda específica?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Em alguma fazenda?

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: É.

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Sim, na antiga, que hoje se chama, chamava Fazenda (trecho incompreensível), né.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Certo. Desse período o senhor quer registrar mais alguma questão?

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Não, não. Só essa mesmo.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Tá. Então muito obrigado pela participação do senhor por enquanto.

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA: Obrigado.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Nós vamos solicitar a presença da Senhora Valdivina Batista, também que vai ser depoente, pedimos que ela venha até aqui, por gentileza. Ela que vai, representa lá o pessoal das geraizeiras, ela também vai dar o seu depoimento, tá? Se alguém precisar de dirigir aqui alguma questão à mesa, nós temos a Helena e a Caroline, que está ali, ela pode me trazer a questão para a gente avaliar. Eu infelizmente aqui na coordenação não posso atender as demandas que vêm daí. Então, por gentileza, procurar os assessores da Covemg que estão presentes, passem para eles as questões, eles trazem aqui pra mim para que eu possa avaliar. Eu gostaria então de solicitar o Afrânio Oliveira e Silva, advogado da Fetaemg durante muitos anos, para que também possa dar o seu depoimento, e nós recebemos com muito prazer também, Afrânio.

AFRÂNIO OLIVEIRA E SILVA: Boa tarde, prazer (trecho incompreensível) e mais gente que conviveram conosco na década de 77 até 82, quando eu estive aqui advogando, eu era assistente da Fetaemg, e eu fui assistente da Fetaemg aqui no final de 1977 até 82, mais ou menos. E foi uma época quando eu cheguei aqui, aliás, o período todo foi um período muito difícil, né? Desde 1964, que a gente já convivia com essa dificuldade toda, e que na época nós era estudante, participava de diretórios estudantis, militar e recebia algumas informações das ligas camponesas de Pernambuco. Assim, de certo modo a gente já tava envolvido nessa questão da terra, né, mas muito mais, é uma situação na época de juventude mesmo, né? Na época eu tinha vinte e poucos anos, aí, né, a partir de 1964, todo mundo já conhece a história, o Golpe que retirou um presidente da República que tinha apoio popular, credibilidade, só pra gente lembrar de que João Goulart, ele, naquela época o processo eleitoral era diferente de hoje, o vice-presidente também era votado, João Goulart teve na época mais de 6 milhões de votos, tanto voto quanto o

J. D. F. L. A. S. E. N. O. V. A. C. Õ. E. S. presidente eleito na época, Jânio Quadros. E posteriormente, depois de toda aquela situação, e que dada a renúncia do presidente, eles tentaram impedir a posse de João Goulart, e foi uma pressão enorme, mas aí eles aceitaram sob a condição de ser implantado o sistema, parlamentarismo, né? Mais uma vez veio um plebiscito, um colégio de 11 milhões naquela época de eleitor, João Goulart teve 10 milhões de votos, então por aí a gente nota que era um presidente que tinha apoio do povo brasileiro. Aconteceu o Golpe, e se instalou nesse país um período que eu considero porque eu não vivi outro período, evidentemente, né, mas esse país já teve vários períodos de exceção, Ditadura Militar, Ditadura Civil, a última Ditadura Civil foi de Vargas, e a gente imaginou de que aquilo fosse um período transitório. Jamais a gente pensava de que a gente ia conviver durante 20 ano com um regime de violência, de morte, de perseguição, de tortura. E assim que eu formei, em 75, passou 75 eu comecei a advogar em 76, 77, final do 77, 78, eu fui contratado pela Fetaemg pra vir trabalhar aqui no Norte de Minas. E quando eu cheguei aqui, a situação eu jamais iria imaginar, eu mais ou menos sabia que ia ter essa violência agrária, mas jamais eu iria imaginar de que eu iria encontrar um quadro tão violento como eu encontrei aqui no Norte de Minas. E a gente não tinha muitas opções, não. A justiça omissa, a justiça parcial, a justiça que defendia fazendeiro, advogados, político. E eu imaginei de que eu, como advogado, eu ia fazer pouca coisa diante desse quadro que a justiça, e ainda assim quase uma centena de comarca, nem juiz tinha. Eu imaginei, diante daquele quadro o que se poderia fazer? E eu fui trabalhar no sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco e lá eu tive oportunidade de trabalhar com algumas pessoas muito importantes. O Marcelino, que foi o primeiro presidente que eu tive o prazer de trabalhar, conhecer. E aí a gente tava, aí a gente começou a conversar o que que a gente poderia fazer diante desse quadro todo. Falei: "olha, eu acho que a única forma que a gente pode fazer com mais urgência é começar a organizar os trabalhadores, fortalecendo o sindicato, começando aqui no São Francisco", aonde a onda de violência era muito grande, fazendas sendo ocupadas por reflorestadora, grileiro de terra, tem que ter um grileiro, um dos mais famosos de Minas Gerais, que chamava... Felizmente morreu, tomara que ele esteja num lugar... Antônio Luciano, um dos homens mais poderoso dentro de Minas Gerais! Politicamente, economicamente... Só pra vocês terem uma ideia, o Antônio Luciano ele tinha, ele era quase dono de todo cinema de Belo Horizonte, dono do Banco Financial, dono de um hotel Financial, que quem conhece Belo Horizonte, fica ali na Avenida Afonso Pena, nem sei se existe mais. Ele era dono da usina de açúcar da cidade de Lagoa da Prata. Ele, além de ter esse poder todo dele, ele foi considerado um dos maiores pedófilos de

Minas Gerais. Só pra vocês terem uma ideia, quando o Luciano morreu, os filhos dele tiveram que criar uma associação para participar do projeto de inventário dele. E o Antônio Luciano, a grande paixão dele, segundo ele mesmo declarava, é a terra. E ele tinha essa facilidade porque ele tinha uma equipe de advogados, na época parece 15 a 20 advogados, que percorriam o Estado de Minas, principalmente as regiões do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri, para levantar essas terras que nós chamamos de terra devolutas, terras públicas, terras que a gente chamava, ainda chama, de ausente. Essas terras, normalmente elas eram ocupadas por posseiros, as pessoas, historicamente, aqui principalmente no Norte de Minas, que saíram lá da Bahia, remanescente de escravos, e vinham para essa região aqui e começaram a ocupar essas terras, que na verdade essas terras não tinham donos. E conseqüentemente ali, eles faziam suas posse, produzia alimento para sua subsistência. E, por exemplo, existia área, por exemplo, tem uma área lá em São Francisco que chama Fazenda Vereda Grande, essa fazenda tinha aproximadamente 8.000 hectares de terra. Tinha outra fazenda lá no município de São Francisco, Arinos e Unaí, a fazenda chamava Fazenda Menino, a área dela é de 90.000 hectares, e esses posseiros, eles ocupavam pequenas áreas, 3, 4 hectares e eles ficavam plantando aonde que a terra tava em condição melhor, Veredas, né. E muitas áreas estava realmente desocupada. E foi aonde que esse processo, que chegou aqui mais ou menos em 1970, as empresa reflorestadora, atividade agropecuária, fazenda de carvão, de produção de carvão, e daí iniciou o grande reflorestamento no Norte de Minas. E junto com esse pessoal chegava os grileiro de terra, os jagunço, e a gente sabia que por trás disso estava esse famoso Antônio Luciano, porque ele tinha poder, ele era amigo de governador, ele era amigo de desembargador, de juiz de direito, ele era amigo de prefeito, de deputado... Então ele tinha um poder quase que infinito! Todo mundo sabia de quem estava por trás de toda essa violência, era ele! Só que ele tinha os seus personagens que faria isso. E houve, por exemplo, invasão de terra, violência de terra nessa Fazenda Vereda Grande, essa Fazenda Menino, tô falando no Município de São Francisco, que se espalhou para o Município de Januária, Município de Itacarambi, Município de Manga, Buritizeiro, aí a gente se via quase que impotente para enfrentar toda essa questão. E nós iniciamos aquilo que é um carma que a gente tinha, era começar a organizar os trabalhadores, e em 1978, nós tínhamos o sindicato de Januária, São Francisco, Montes Claros... Mas nós precisava de caminhar mais, e na década de 80, mais ou menos, nós conseguimos criar mais ou menos de 15 a 16 sindicatos, foram sindicatos importantes, companheiro Juarez, sindicato de Janaúba, em cima da questão da

violência do Bico da Pedra, que o Carlinho relatou muito bem, né. E que era uma região próxima à Cachoeirinha, a gente aproveitou e encampou a luta daqueles posseiro e pra eles sentir que a gente não tinha perdido de vista a luta deles. E foi, eu acho que foi um caminho importante, porque apesar de a gente não ter contido toda essa discussão da terra, mas nós conseguimos que várias famílias permanecessem na sua posse. Lá em, tinha uns fatos até interessantes, a gente descobriu, por exemplo, que essa Fazenda Menino, que hoje ela abrange três municípios, São Francisco, Arinos e Unaí, a gente descobriu que essa fazenda pertencia a um alemão. Eu até falava lá pro Marcelino: “será que não é um nazista que fugiu lá da Alemanha e veio pra cá, não?” e tal, mas ele realmente, ele falava que era dono dessa área de 90 mil hectares de terra. Ele nos convidou pra ir na casa dele, lá no Rio de Janeiro. Ele era uma pessoa educada, tranquila, ele falou assim: “olha, eu não quero que nenhum posseiro daquela fazenda saia da terra”, falei: “que ótimo! Primeira vez que eu vejo uma pessoa falando assim”, “mas eu gostaria que vocês organizassem esses posseiros em uma área única, invés de eles estar espalhado em várias áreas, eu gostaria que eles ficassem em uma área só, porque eu pretendo vender a fazenda para as empresas reflorestadoras, essas coisas toda. E eu conto com a ajuda de vocês”, quer dizer, aí eu olhava pra ele, olhava pro, nesse dia tava lá o Marcelino, o Elói, que depois vou relatar o Elói. Acho que ele tá achando a gente com cara de palhaço mesmo. E a gente voltou lá pra Fazenda Menino e reunimos com os posseiros, falamos: “ó, o que ele tá querendo é que vocês saiam das suas posses antigas, que vocês têm lá suas plantações, os seus pés de fruta”, quer dizer, a posse que caracteriza a existência de mais de 20, 30, 40 anos, chamada posse velha, “que na verdade na hora que vocês saírem dessa posse, que vocês irem para outro lugar, de imediatamente ele vai entrar com ação de despejo e vai tirar vocês todos da posse”, mas esse argumento não era nem preciso fazer! Porque de pronto o pessoal falou: “não, a gente não sai, nós vamos ficar aqui e tal”. Posteriormente ele requereu processo de reintegração de posse na comarca de Unaí, retirando os posseiros de lá. Mas como o processo era muito mal feito, processo que tinha, esse juiz foi criterioso, pediu que ele nomeasse um perito, e a gente alegou de que a terra pertencia à comarca de São Francisco, portanto o juiz naquele momento ele era incompetente, o processo seria julgado em São Francisco, acabou o processo sendo arquivado e tal, coisa toda. E aí, o que nós fizemos? Nós criamos uma delegacia sindical na Serra das Araras, porquê? Porque a Serra das Araras fica 120 km, era difícil de a gente ir lá, a não ser em caso de urgência, e criamos também uma delegacia sindical na Fazenda Vereda Grande, aonde que o Antônio Luciano, ele



tinha uma fazenda do outro lado do Rio do Cuia, mas ele queria tomar a terra dos posseiros dessa fazenda, tanto é que uma vez, foi um absurdo! Ele desviou um braço do Rio Urucuia, agora vocês imagina, hoje seria um crime, não sei! Naquela época foi um absurdo! Ele desviou um braço do Rio Urucuia para inundar as lavouras dos posseiros. Então ele tinha acesso a esse tipo de coisa. Aí a gente fez a denúncia à polícia florestal, aí sabia que aquilo lá era quase ineficaz pelo poder que o Antônio Luciano tinha. Mas o negócio foi tão, foi tão vergonhoso, que a gente fez a denúncia na imprensa de Belo Horizonte, denunciemos. Aí a polícia não teve uma outra forma de embargar a obra e voltar esse braço do rio para o leito. E ele tinha uma coisa, ele gostava muito de criar búfalo. Não é que ele gostava de búfalo, ele gostava de búfalo porque era um animal que tinha um poder danado. E ele jogava esses animais nas roças dos posseiros, e aquilo chegava, arrebatava tudo e tal. E a gente ia entrar com uma ação de indenização, aquilo virava nada, porque o juiz, inclusive tem um fato curioso, que o juiz de direito de São Francisco, Doutor Geraldo Gotardo, que também já morreu, ainda bem que esse pessoal morre mesmo. Esse juiz, eu tava até contando esse caso, ele começou a trabalhar na comarca de Prata, essa comarca é lá no Triângulo Mineiro, mas ele, depois ele foi considerado insano, louco! Ele, teve uma vez que ele saiu, que os meninos da escola, tudo menino, teve uma demissão de um diretor na escola e os meninos saíram na rua protestando, queria que o diretor voltasse pra escola. Tudo criança, quase 10 anos, 12 anos, cidade pequena, Prata é uma cidade pequena, na época devia ter o quê? Uns 10 mil habitantes, ou nem isso. E esse juiz, ele tinha mania de colecionar arma, e ele saiu com uma winchester, sei lá, uma espingarda e dando tiro pra cima! Agora cês imagina que loucura esse cara! Os meninos, tinha uns que desmaiava, outro corria e tal. Aí o que aconteceu? A sociedade do Prata e mais promotor e deputado de Uberlândia e próximo, fizeram um abaixo assinado para o Tribunal de Justiça para remover o juiz de lá. A gente sabe que o juiz é irremovível, a não ser um fato muito grave. Mas como esse juiz era filho de um desembargador, então ele tinha costa quente, o Tribunal queria exonerar o juiz, também é um fato raríssimo, o juiz às vezes pode aprontar, a única pena que ele recebe é uma aposentadoria compulsória, com todos os direitos. É por isso que o juiz apronta mesmo! É irremovível, essa coisa toda. Mas aí nem isso. Aí o pai dele, desembargador, pediu que ele fosse removido pra outra comarca. Vocês imaginam para qual comarca que ele foi. São Francisco! Quer dizer, o negócio já estava ruim sem juiz lá, e apareceu esse louco lá. Aquela situação de violência em São Francisco, a tendência era ser acentuada, esse juiz que, ele falava abertamente: “eu sou amigo de Antônio Luciano”, ele

falava “Doutor Luciano” porque o Doutor Luciano, ele era médico. “O Doutor Luciano é que pagou a minha faculdade, Doutor Luciano é que doou esse”, ventilador, não, “ar condicionado aqui ó, (trecho incompreensível)” falava isso abertamente! Abertamente! E ele falava para mim assim, o dia que ele chegou lá na comarca, que a cidade toda soltou foguete, festa, porque sabia das características e qualidade dele. E eu tava no Fórum e subi lá em cima pra cumprimentar, porque não sabia quem que era. Aí, quando eu cheguei, a sala estava repleta de vereador, prefeito, fazendeiro, advogados. Aí o pessoal falou assim, a forma de falar: “Doutor, é ele! O bandido chegou”, aí ele falou assim: “olha! Muito bom o senhor ter chegado aqui. Eu cheguei aqui essa semana e estou sabendo que o senhor vem provocando instabilidade aqui no Município, vem provocando violência aqui no Município, o senhor vem jogando trabalhador contra patrão, o senhor vem incentivando invasão de terra, o senhor vem provocando divisão de terra, agora acabou! Agora acabou!”, falei: “olha, o senhor tá pegando informação desse pessoal que está aqui. Nada disso que o senhor falou aí é verdade. Então, essa situação é o contrário, nós estamos tentando segurar posseiro, tentando fazer cumprir contrato de parceria de arrendatário, fazendo com que os fazendeiro assine carteira de trabalho, pague o salário... Agora, se isso for realmente ilegal, então é isso que a gente faz, doutor”. Ele falou comigo assim: “Eu estou sabendo de uma coisa, por que é que o senhor, o senhor é simpático, é culto, de conhecimento, porque que o senhor pega e não muda pra lá?”, falei: “não, é porque eu gosto daqui, doutor. E eu tenho certeza que nós vamos fazer uma contrarrevolução aqui, tirar esse pessoal do poder”, é provocando! Tá provocando, então vamos provocar. Ele falou assim: “eu vou deixar bem claro: não adianta o senhor trazer processo pra mim, eu vou indeferir todos os processos”, eu falei: “ainda bem que o senhor não é uma decisão final, né? Nós temos outras instâncias aí e tal”, “mas aqui o senhor vai perder tempo”, e foi realmente, entrava na justiça para não prescrever direito e tal, e ele despachava e guardava o processo. Eu entrei com algumas denúncias contra ele em Belo Horizonte, mas uma situação muito, muito complicada. E acabou o seguinte, essa história é comprida, acabou o seguinte: ele sendo aposentado compulsoriamente, porque foi provado que ele era doido mesmo, louco, né, mas a situação de violência continuou. Por exemplo, em 1978, quando os fazendeiros, vereador, prefeito, invadiu o sindicato lá em São Francisco, dizendo que aquela atividade, aquela história toda, né, tava fazendo isso, tava criando aquela animosidade, então aquela história toda. Depois que, em dezembro, nesse fim de ano, mataram um posseiro lá na Serra. Esse posseiro, o menino tinha 18 anos, ele era sobrinho do Senhor Elói. Aí na cidade

eles falaram assim: “olha, tá vendo? Foi um, vai mais”. Era um clima terrível. Mas, assim, a gente viu o seguinte: no trabalho de mobilização, ele cresceu, o sindicato que a gente ajudou a fundar, e foi criado em cima dessa questão, volto a acrescentar, Manga, que foi o sindicato que foi fundado em cima da questão de Jaíba, onde a Rural Minas, com projeto de irrigação, aquelas terras da Rural Minas eram 310 mil hectares de terra. Esse projeto de irrigação, que até hoje tá lá e o pessoal fala: “está vendo como é que deu certo? Hoje o pessoal tá exportando verdura, isso, isso e isso”, mas eles tiraram, na época, mais de 50.000 pessoas e assentaram, sei lá, 5.000 pessoas, quer dizer, é o seguinte, olha, o que a Rural Minas falava é o seguinte: “vocês não têm autoridade e competência pra manejar esse processo de irrigação”, aí trouxe família do Sul, aquela coisa toda. Mas essa questão desses projetos oficiais, eles são feitos para beneficiar o poder mesmo, é pra ajudar o poder político. Olha, eu não conheço nenhum projeto, naquela época, hoje eu não sei, projetos oficiais que veio beneficiar trabalhador rural. Janaúba tá aí, né, Bico da Pedra, (trecho incompreensível) tirou várias famílias. Aí, se vocês andarem um pouco mais, isso aconteceu, por exemplo, no Nordeste, naquelas barragens, tá acontecendo no Norte, fazendo barragem, famílias sendo despejadas, sendo expulsas. E aqui, no Norte de Minas, os projetos que mais expulsou o pessoal da terra, foi projeto de reflorestamento. E as empresas, gozado, essas empresas, eu lembro muito bem, tinha (trecho incompreensível) essa Plantar, que até hoje existe aqui no Norte de Minas, ela usava de documento forjado em cartório. Os cartório era os maior fabricante de documentos. Essas terra que a gente fala que é terras devoluta, terra de ausente, o advogado da empresa fazia uma procuração, alguém assinava requerendo direito de posse, eles inventava essa coisa, levava no cartório, o cartório emitia uma procuração da venda dessas áreas. O limite era absurdo! “Olha, a fazenda vai do limite do Pau Seco até o limite do riacho não sei o que lá”, era muita terra! E de posse desses documento, eles ia no Banco do Brasil e conseguia empréstimo, assim, com juro baixíssimo, carência de quase 8 anos. E aí começava a expulsão desses, dessas famílias e às vezes quando algumas famílias resistia, eles falava: “olha, mas pra quê ficar aqui? Olha só a situação de vocês, pobreza absoluta”, as pessoas que estavam ali mais antigas, ficava na terra, mas aí os jovens saía das terra e ia trabalhar de empregado, ia trabalhar nessa empresa. E quando o jovem recebia salário, ele ficava extasiado! Era um sistema capitalista selvagem que estava atuante. E aí depois esses jovens, depois que acaba esse período de plantio, essa coisa toda, ele era dispensado e aí vinha pra cidade, tentava arranjar emprego aqui, essa coisa toda. E uma outra questão mais violenta, é a questão do meio

ambiente. A gente via por exemplo, Buritizeiro, Mirabela, São Francisco, Januária, aonde que a destruição do meio ambiente foi muito tempo. Eu lembro que era assim, o Carlinho lembrou bem, tinha dois tratores, amarrava a corrente num atrás do outro e ia levando a pilha de algodão, e a ali ia animais, planta medicinais, enfim, você olhava pra trás e virava um deserto a terra. E ali iniciava o plantio de eucalipto, né. E aquela o que aquela região que tinha de mata nativa, acabava. E você não tinha pra quem recorrer, não tinha pra onde recorrer. Tinha um fato interessante, por exemplo, na fazenda Vereda Grande, aonde que nós criamos lá uma delegacia sindical, que ela tem um trabalho importante de segurar os posseiros lá, que o Antônio Luciano ia lá arrendar, teve caso, teve caso que eles relataram que a Polícia Civil usava um helicóptero para fazer voo rasante em cima das casa dos posseiro e, assim, e ameaçando de colocar fogo, e coisa toda. A gente fazia denúncia em Belo Horizonte, falava assim: “não, isso não existe, isso é invenção! Jamais!”, então eu lembro, por exemplo, que quando os posseiros começavam a preparar terra para plantar, o Antônio Luciano ou os capanga dele ia na polícia florestal e denunciava de que na fazenda tal eles estavam desmatando sem autorização do IEF, Instituto Estadual de Florestas. Isso foi uma outra desgraça que a gente teve. Eu não sei se hoje a prática é a mesma. Aí o que acontecia? Aí chegava o fiscal lá. Lógico, constatava que o trabalhador rural lá, o posseiro desmatou, desmatou não, limpou uma área que ele já plantava, uma área pequena de 2, 3 hectares de terra. Ele falava: “mas infelizmente está embargado. O senhor tem documento da terra?”, “Que documento da terra?”, “O senhor tem autorização?”, “Nós não tem”, “então está embargado”, falou assim: “mas como que eu vou ter? Eu tô aqui há 50 anos, não tenho documento”, “mas está embargado”, embargava. Aí o pessoal ia pra onde? Pro sindicato, “olha, como é que a gente faz? A única sobrevivência que nós temos é aquilo lá”, “mas nós sabemos que aquilo lá é uma prática pra vocês saírem”, mas aí a gente incentivava: “não, continua plantando, se o pessoal chegar lá, vocês... De repente vocês vão preso, vai pra cadeia, mas deixar os filho morrer de fome, não!”. Teve um caso interessante, em uma fazenda, essa fazenda da empresa é uma tal de Adflor, que infelizmente era de Uberaba, eu até falei pro engenheiro lá “vocês não têm vergonha de sair de Uberaba pra vir pegar terra aqui no Norte de Minas, expulsar posseiro?”, “não, que a gente comprou”, falei: “comprou nada, rapaz! Aquela terra é uma terra que o pessoal mora ali faz 50 anos! Não teve dono”, bom, daí (trecho incompreensível)... Foi um momento muito importante que nós tivemos aqui, pouco tempo, cinco, seis anos, com os companheiro, porque a gente, a gente sentiu de que apesar de ter alguns, algumas famílias

perdeu as suas terras, mas a maioria a gente conseguiu que elas continuassem na posse, né? E um fato, um fato que marcou, quando foi em 1984, dia 30 de dezembro, mataram o Elói. Não sei se vocês já ouviu falar do Elói, ele foi, eu até sou meio suspeito pra falar dele, mas foi um autêntico (trecho incompreensível) fé, coragem, acreditava, tanto é que mataram, né? E mataram e acertaram, assim, em cima mesmo, que a partir daí as coisas ficaram muito ruim. E quem tava por trás disso? Antônio Luciano! Falava: “ah, não, mas quem matou foi um tal de Paulo Leonardo”, cara que era um ex-banqueiro, ex-bancário em Belo Horizonte, que não tinha ligação nenhuma com terra, mas o que aconteceu? Antônio Luciano falou: “não, pode fazer, pode fazer que não tem problema”, e não teve mesmo! Não teve mesmo. Não ficou preso 1 ano, dois meses, três meses. Então essas violências que ocorreram, né, e que hoje ainda ocorre, que a gente presenciou agora lá no Pará, né, dez pessoas foram executadas por questão de terra. Polícia, mais de uma vez a polícia envolvida, né? Como a polícia envolveu em cachoeirinha, né, sob o comando do coronel Jorgino. E foi um período, 1967, que foi um dos período mais, aliás, todos período, todo período da Ditadura foi violento, mas o período, final de período do Ernesto Geisel e começo do Emílio Garrastazu, foi um dos períodos mais negros que nós tivemos na história. Por exemplo, o Ato Institucional número 5, ele acabou com a segurança pessoal, habeas corpus, mandado de segurança, a gente estava em um país sem garantia nenhuma! Se você olhasse pra uma pessoa mais ou menos, falava: “o quê que foi? Prende!”, era assim! Eu tive companheiros, eu tive pessoas lá na minha cidade que desapareceu, foi preso, e nada, isso ocorreu. Então, Cachoeirinha aconteceu a violência com os posseiro foi justamente nesse período, 67. E aí eu fico imaginando o Coronel Jorgino, o processo contra os posseiro iniciou na comarca de Brasília de Minas. Agora você imagina a distância de Cachoeirinha pra Brasília de Minas, mas por quê? Porque a competência não era Montes Claros, era Brasília de Minas. E eles entraram com essa ação de reintegração de posse e a gente sabe que essa ação, para que o juiz defere, ela tem que estar bastante correta, as pessoas qualificadas, por exemplo: “João Pereira tal tal e a sua mulher fulana de tal, ocupam a posse tal, área tal, área tal”, esse mandado foi expedido lá em Brasília de Minas, tava assim: “João de tal, Antônio de tal”, essa coisa, esse negócio absurdo de que qualquer juiz fala: “não, isso aqui não! Isso aqui não”, o quê que aconteceu? Parece que não houve pedido de liminar, mas o juiz mandou citar os João e as Marias de tais, e o oficial de justiça veio e falou, “ó, gente”, o pessoal falou: “que isso?”, ah, quer dizer, o correto seria dizer: “oh, fulano de tal, olha, você tá sendo citado, isso, isso e isso, você tem quinze dias para se defender

e tal, sob pena de você perder sua terra”, oficial de justiça tem que fazer isso! Aí eles acharam que lá era o que? Não sei! Passou o prazo de defesa, de repente chega lá o Jorgino e seus capangas, armados de fuzis, e começou esse absurdo, entraram lá como se tivessem, por exemplo, numa guerra, né? Derrubando casa, queimando casa, entrava dentro das casas dos posseiros, tinha mantimento lá eles jogavam fora, pisavam em cima. Matava porco, galinha. E o pessoal apavorado, e eles dando tiro! E o pessoal saía correndo. Isso já praticamente quase que à noite.